



Ministério da Educação
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Câmpus Porto Alegre

REUNIÃO ORDINÁRIA
CONSELHO DE CÂMPUS
ATA Nº 07/2012

1 Aos vinte e seis (26) dias do mês de setembro (09) de dois mil e doze (2012), às quatorze (14)
2 horas, na Sala de Convenções do nono (9º) andar do prédio sede do Câmpus Porto Alegre do
3 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul - sito à Rua
4 Coronel Vicente, nº 281, no Centro desta Capital, foi realizada reunião ordinária do Conselho
5 Permanente deste Câmpus. Na ausência do Presidente deste Conselho, o Direto-Geral do
6 IFRS Câmpus Porto Alegre, Senhor Paulo Roberto Sangoi, a reunião foi presidida pelo
7 Diretor de Desenvolvimento Institucional deste Câmpus, Senhor Claudio Vinicius Silva
8 Farias, designado Presidente em Exercício do Conselho de Câmpus, indicado pelo presidente
9 titular deste Conselho para substituí-lo em virtude de outro compromisso institucional.
10 Estiveram presentes nesta reunião membros representantes do segmento docente, conselheiros
11 Sabrina Letícia Couto da Silva, André Rosa Martins, Evandro Manara Miletto, Juliana
12 Schmitt de Nonohay e Ângelo Cássio Magalhães Horn; representantes do segmento dos
13 servidores técnico-administrativos, os conselheiros Adriana de Farias Ramos, César Germano
14 Eltz, Douglas Neves Ricalde, Suzinara da Rosa Feijó e Martha Helena Weizenmann; os
15 representantes discentes Cícero Pereira Costa, Ivan Francisco Diehl, Yuri Ferreira Machado e
16 Mayara Cristina Menegotto Moreira. Dado início à reunião, o Presidente em exercício
17 cumprimentou os conselheiros e demais presentes que acompanhavam a reunião como
18 ouvintes. Em seguida, ele apresentou ao Conselho o documento onde consta o ato que o
19 designou Presidente em exercício do Conselho de Câmpus em substituição ao presidente
20 titular, professor Paulo Sangoi, entregando-o à secretária da reunião, e deu posse ao
21 conselheiro suplente do segmento docente, professor Ângelo Cássio Magalhães Horn, que
22 substituiu a conselheira titular professora Claudia Wyrvalski. Esta reunião foi secretariada
23 pela servidora Cristine Stella Thomas, indicada pelo Presidente em exercício do Conselho
24 para a tarefa. A seguir o presidente em exercício do Conselho apresentou a pauta da presente
25 reunião, a qual incluía: Aprovação das atas nº 01, nº 03 e nº 04; Discussão e deliberação sobre
26 o Exame de Seleção 2013/1 e definição de vagas para discentes; Homologação dos Membros
27 da Comissão Permanente de Seleção (COPESE), para o exame de seleção 2013/1, indicados
28 pela Direção-geral, conforme previsto no Regimento Geral; Eleição das Instituições da
29 Sociedade Civil para representantes no Conselho de Câmpus, conforme Edital 59/2012;
30 Apreciação e Aprovação da Resolução sobre a regulamentação dos estágios dos Cursos de
31 Licenciatura; Apreciação do Processo da Professora Fabrícia Py Tortelli Noronha; Apreciação
32 do Processo de Doação dos móveis recebidos da adjudicação do prédio da ULBRA, que
33 estava em posse do conselheiro André, que havia pedido vistas, para posterior envio ao
34 CONSUP; Assuntos gerais. Com o quórum presente, o presidente sugeriu uma pequena
35 inversão de pauta, pedindo que fossem aprovadas as atas, seguidas pela apreciação do
36 processo da professora Fabrícia em função de ela estar presente na reunião para possíveis
37 esclarecimentos; os conselheiros concordaram com a inversão dos pontos da pauta. O

38 presidente então passou para o primeiro item. **1. Aprovação das atas nº 01, nº 03 e nº 04:** A
39 conselheira Juliana solicitou que a aprovação da ata nº 04 ficasse para a próxima reunião, pois
40 ela enviou algumas alterações que acha que não chegaram a ser feitas; com a concordância
41 dos demais conselheiros, a aprovação da Ata nº 04 ficou postergada para a próxima reunião, a
42 ser realizada no dia três (03) de outubro. O presidente referiu que o arquivo encaminhado pelo
43 conselheiro Douglas, com as alterações sugeridas pelos conselheiros, foram acatadas
44 integralmente, sendo que todas as correções foram realizadas. Com a concordância da
45 postergação da aprovação da Ata nº 04 para a próxima reunião, ele então colocou em votação
46 a aprovação das Atas nº 01 e nº 03. A conselheira Mayara fez uma ressalva sobre a Ata nº 03,
47 solicitando correção na grafia do nome dela, que estaria escrito com “i”. O presidente
48 solicitou que seja feita a correção do nome da conselheira. Após, colocou em votação a
49 aprovação das Atas nº 01 e nº 03, que foram aprovadas por unanimidade e assinadas. A
50 conselheira Adriana questionou se as atas aprovadas na presente reunião já poderiam ser
51 encaminhadas para publicação no *site* institucional do Câmpus; o presidente confirmou que
52 sim, e que a Chefia de Gabinete encaminharia para a servidora Nísia, responsável pela
53 publicação no *site* na página do Conselho de Câmpus. O presidente informou que as atas
54 seriam encaminhadas sem as assinaturas para publicação. Outra questão levantada por ele,
55 antes de passar para a continuação das pautas, é a questão de forma das Atas; ele colocou que
56 o manual de redação oficial da Presidência da República indica que atas devem ser escritas no
57 tempo verbal presente; ele disse não ver problema em adotar outro tempo verbal, só solicita
58 consenso entre os conselheiros que seja em um único; todos concordam que as atas sejam
59 escritas utilizando o tempo verbal no “passado” (pretérito); e quando os conselheiros forem
60 fazer modificações nas atas, se for algum erro de tempo verbal, que seja consensuado colocar
61 todos os verbos no passado, e não ficam mais dúvidas. O conselheiro Douglas fez um
62 comentário, dizendo que em geral as atas devem ser ou no presente ou passado, mas que o
63 importante é padronizar; e que em alguns momentos do texto, dependendo do contexto de
64 cada trecho pode ser tanto no presente, como no passado, e até no futuro conforme o que está
65 sendo colocado. O presidente concordou e frisou que este é um assunto bastante controverso.
66 Dando sequência, o presidente passou para a pauta referente ao processo da professora
67 Fabrícia Py Tortelli Noronha, que estava presente na reunião. O presidente chamou a docente
68 à mesa para eventuais esclarecimentos. O presidente esclareceu que o pedido do processo
69 trata-se de substituição do regime de trabalho da professora de quarenta horas (40h), tempo
70 integral, para Dedicção Exclusiva; segundo ele a professora encaminhou no processo todas
71 as documentações que são exigidas, além do plano, aprovação da área, tendo passado por
72 todos os trâmites burocráticos anteriores, pela Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), pelo
73 setor de Ensino; a área encaminhou a ata aprovando a alteração; a Comissão Permanente de
74 Pessoal Docente (CPPD) encaminhou ofício aprovando a mudança; anexa a resolução da
75 Reitoria que normatiza a alteração nos regimes; e com aprovação da Direção-Geral, agora é
76 encaminhada para a aprovação do Conselho do Câmpus. Após as colocações o presidente
77 abriu para as inscrições dos conselheiros. O conselheiro André comenta que leu o processo e
78 registra que o mesmo está muito bem instruído; diz que é o segundo processo avaliado pelo
79 Conselho sobre mudança de regime de trabalho, sendo que o primeiro, do professor Willy
80 Ricardo Petersen Filho, foi ainda no Conselho temporário e teve alguns problemas de
81 encaminhamento administrativos, mas que ele acredita que deva ainda estar tramitando e pode
82 chegar futuramente para apreciação deste Conselho; ressalta que neste analisado agora a
83 CPPD teve todo o cuidado de solicitar que fossem anexados todos os documentos necessários
84 para que o processo seguisse; ele questiona apenas o parecer da direção-geral, que foi
85 assinado pelo professor Júlio, onde faz uma ressalva e que ele pede um esclarecimento a
86 respeito disso; que a direção deu parecer favorável ao pedido da servidora, no entanto
87 condiciona o procedimento à existência de saldo no banco docente do IFRS; ele solicitou

88 esclarecimento quanto a isso, e como aprovam na forma condicional. O presidente esclareceu
89 que não houve nenhuma condição no sentido de impedimento, que na verdade o que existe é
90 um banco de equivalências do Instituto, e que todos os câmpus entram nessa contagem, que
91 acaba afetando a contagem posterior, quando se vai utilizar professor substituto ou até mesmo
92 quando abre solicitação de vagas; isso serve para o Ministério (?) fazer as alocações de vagas
93 docentes. Segundo ele, em geral o saldo do Instituto é positivo, uma vez que tem professores
94 substitutos nas mais diversas áreas. Caso o saldo fosse negativo, isso impediria inclusive a
95 contratação de novos professores substitutos, e aí se daria prioridade para o chamamento de
96 mais vagas; é uma sistemática operacional que Ministério (?) utiliza, por orientação do
97 MPOG, que a partir desse banco se faz uma organização das vagas que devem ser indicadas;
98 mas isso de maneira alguma é um impedimento à progressão do professor em regime de
99 trabalho; o comentário no parecer era mais no sentido de lembrar aos órgãos pelos quais
100 passariam o processo de fazer esse registro, de que a professora deixa de ser apontada como
101 professora 40h e passa a ser apontada como Dedicção Exclusiva. O conselheiro André
102 agradeceu o esclarecimento e encaminhou então para aprovação a proposta da professora;
103 ressaltou ser importante registrar que depois da aprovação no Conselho de Câmpus, vai ainda
104 para aprovação final no Consup, citando a Resolução nº 044/2012 deste Conselho Superior. O
105 presidente Claudio acrescentou que o Consup apenas defere o processo; não é nem uma
106 instância de aprovação, ainda que o Consup possa rejeitar, na verdade é um deferimento. Uma
107 vez que esse registro vale para todos os servidores da instituição. O conselheiro Evandro
108 solicitou fazer um depoimento como colega da área da professora; e comentou que a mesma
109 veio em situação particular de transferência e se integrou rapidamente ao grupo da área de
110 informática; ela se envolve de forma intensa, com projetos na área; por isso ele pede que os
111 colegas conselheiros ao deliberar levem em consideração esses itens que talvez não constem
112 no processo mas que é importante na hora de julgar; que ela é completamente envolvida com
113 a área e que essa conversão de regime da professora vai agregar mais ainda tanto na área
114 como na instituição. A conselheira Juliana solicitou uma consideração, levantando que no
115 Consup haveria uma comissão interna de normas que avalia essas questões de troca de regime
116 de 40h para DE; e que seria mais difícil essa troca do que se fosse ao contrário. O presidente
117 esclareceu que havia um debate intenso entre os diretores de DIs com relação a isso que seria
118 uma questão duvidosa nos câmpus; houve consulta, disse não recordar se foi à CGU ou ao
119 MPOG, mas que a informação dada é que a progressão a mais é um direito do servidor; e que
120 a redução sim seria mais difícil; mas ambos têm o mesmo trâmite e fluxo, mas na leitura da
121 norma tanto faz. A professora Fabricia solicitou a palavra, e falou que em relação ao banco de
122 docentes, existe um saldo positivo em relação a DE na área no câmpus, visto que uma
123 professora DE se aposentou e o outro que entrou não quis a DE. Após as colocações e devidos
124 esclarecimentos, o presidente em exercício colocou a pauta em votação, e o pedido da
125 professora Fabrícia Py Tortelli Noronha foi aprovado por unanimidade pelos conselheiros
126 presentes. A seguir a conselheira Adriana levantou uma questão de forma, perguntando se o
127 secretário das reuniões do Conselho assina ou não as atas das reuniões junto com os
128 conselheiros, segundo ela isso não é comum, que o secretário assine junto; e é preciso
129 padronizar isso também pois algumas atas têm e outras não. O presidente esclareceu que o
130 secretário assina na ata e não na lista dos conselheiros. A sugestão final de forma foi retirar o
131 nome do secretário da lista de conselheiros e permanecer só no final do texto da ata; a
132 sugestão foi aprovada por todos. Prosseguiu-se a pauta. **2. Discussão e deliberação sobre o**
133 **Exame de Seleção 2013/1 e definição de vagas para discentes:** O presidente em exercício
134 do Conselho passou a palavra ao servidor César Eltz, atual presidente da Comissão
135 Permanente de Seleção (Copese) do Câmpus Porto Alegre, e também conselheiro do câmpus.
136 César explicou que o item foi colocado nessa pauta; segundo ele foi aprovado pela Pró-
137 Reitoria de Ensino as datas tentando unificar os processos seletivos de todos os câmpus; que a

138 PROEN já vem tentando isso há algum tempo, que dentro do Intituto ocorra um processo
139 unificado em todas as suas etapas; mas devido a algumas características próprias de cada
140 câmpus isso dificultaria um sistema único de seleção próprio do IFRS; dentro da unificação
141 das datas foi definido que as inscrições do processo de seleção iniciariam dia 1º de outubro,
142 juntamente com as inscrições de isenção; ele mostrou aos conselheiros o *e-mail* que a PROEN
143 havia passado a ele, pedindo que fossem publicados os editais de abertura de vagas no dia 1º
144 de outubro, segunda-feira. Ele explicou que o Câmpus Porto Alegre tem como prática
145 publicar um aviso de abertura de vagas em jornal, sempre no sábado, iniciando o processo na
146 segunda-feira imediatamente posterior. Por isso que a data do edital saiu dia 29 de setembro
147 que cai no sábado, para o processo iniciar na segunda-feira. Conforme o PROEN, havia sido
148 definido o último domingo de novembro para a prova de seleção; mas eles se deram conta que
149 nesse domingo tem a prova do Enade em Porto Alegre e Rio Grande; então ficou essa única
150 data livre do processo, que não é unificada; para o Câmpus Porto Alegre ela foi transferida
151 para o dia 2 de dezembro. Com isso, ganhou-se uma semana e previu-se um tempo para
152 começar as inscrições no dia 8 de outubro; então abriria-se o processo de isenção, vai se
153 trabalhando nisso conforme o cronograma que ele montou, e teria-se mais de um mês de
154 inscrição no processo seletivo para atender todo mundo; seriam duas semanas de prazo de
155 solicitação de isenção, do que antes teriam apenas uma semana; em função do valor taxa, que
156 foi definida em conjunto com eles porque os custos do processo de seleção do câmpus Porto
157 Alegre são altos e não se comparam aos custos dos outros câmpus que são do interior; e com
158 essa taxa consideraram que o concurso se paga, para não ocorrer como aconteceu no final do
159 ano passado que o concurso não se pagou, ficou deficitário e quase não conseguiram pagar o
160 pessoal que trabalhou no concurso. César esclareceu que no ano passado o valor foi de R\$
161 45,00 e neste ano seria de R\$ 60,00. Ele explicou que a taxa foi definida pela PROEN em
162 conjunto com os outros câmpus; baseados que a realidade do interior é uma, e a realidade da
163 capital é outra; um câmpus do interior pode cobrar uma taxa simbólica de R\$ 5,00 visto que
164 atende um universo entre 100 e 150 candidatos e fazem as cópias da prova em uma
165 fotocopadora; o que é uma estrutura completamente diferente da realidade do câmpus de
166 Porto Alegre; então conseguiram chegar nessa taxa de R\$ 60,00 que acharam que esse ano
167 não fica no negativo. Ele colocou então que as datas estão todas na minuta do edital, que foi
168 enviado para todos os conselheiros analisarem; lembrou que só não foi enviado o manual do
169 candidato pois o mesmo é feito baseado no edital; em sendo aprovado o edital ele disse que
170 irá proceder a confecção do Manual. Ele colocou ainda que no edital do processo de seleção é
171 mencionada a questão das ações afirmativas; na época em que o câmpus ainda era Escola
172 Técnica vinculada à UFRGS, era seguida a linha da universidade; então as ações afirmativas
173 que estão no presente edital são as mesmas que a UFRGS usa até hoje; porém como é
174 mencionada pelo conselho de 2009, fez por bem encaminhar para que o Conselho de Câmpus
175 olhasse e referendasse para que pudessem ser mantidas as questões de cotas; ele lembrou
176 ainda que a Presidente da República assinou uma nova legislação referente a isso que se torna
177 obrigatória a partir do ano que vem e vai mexer com muitas instituições de ensino; segundo
178 ele não há ainda nenhuma instrução normativa ou algo nesse sentido da PROEN e não foi
179 mencionada a aplicabilidade desta lei já para este concurso; e a lei também não diz que ela
180 seria obrigatória agora; pode ser iniciado o processo agora mas não é obrigatória. A partir de
181 2013 é obrigação; portanto as ações afirmativas que estão no edital apresentado agora irão
182 vigorar somente para esse processo de seleção; porque terá que pegar o que vai vir da
183 PROEN, analisar para adequar dentro e montar as ações afirmativas do câmpus Porto Alegre
184 em função dessa nova legislação; a lei vem para esse processo para tratar somente das
185 questões de cotas raciais, que vai mudar completamente a proporção, não só dos egressos de
186 ensino público e de negros, como indígenas também. Então foi anexado este documento, se
187 não houver nada contrário a ele, mantém-se ele pois já tem data certa, e depois desse processo

188 não vai mais vigorar, terá de vir um novo para que haja discussão. Neste momento o
189 presidente abriu para inscrições e discussão da pauta. O conselheiro Ângelo solicitou uma
190 correção no edital, no curso Técnico de Biotecnologia; ele esclarece que legalmente o número
191 de semestres são quatro, conforme o projeto pedagógico do curso, e não três como está
192 constando no Edital. O conselheiro André solicitou também correção no número de semestres
193 do curso Técnico em Panificação e Confeitaria, que são dois semestres e não três como está
194 no Edital. O conselheiro César solicitou correção no item 5.5.3 do Edital, onde houve um erro
195 de digitação, sendo que a data correta de divulgação é 22 de novembro e não 22 de dezembro
196 como constou. Concluídos os esclarecimentos sobre o Edital do Processo de Seleção 2013/1,
197 dentro da mesma pauta foi aberto espaço para esclarecimentos sobre o Edital de Isenção de
198 Taxa de Inscrição. A conselheira Martha solicitou uma alteração no edital de Isenção, no item
199 2.2.2, que no valor do corte, seja especificado como “1,5 salário mínimo nacional por pessoa
200 do grupo (R\$ 933,00)”. A conselheira Juliana fez uma observação sobre o termo “*kit isenção*”
201 utilizado, se não haveria outro termo para substituir; o conselheiro César esclareceu que é o
202 mesmo termo usado pela UFRGS. Após algumas sugestões os conselheiros consideraram que
203 não será preciso trocar o termo. A conselheira Martha questionou sobre o item 2.2.1 - A do
204 edital de isenção, onde diz “o ensino fundamental e médio devem ter sido cursados com
205 aprovação”, pois para ela dá a entender que o aluno nunca poderia ter reprovado; se haveria
206 possibilidade de trocar o termo “aprovação” por “conclusão”; A conselheira Juliana perguntou
207 se o candidato pode se inscrever em novembro e concluir o ensino médio em dezembro; foi
208 dito que pode e está contemplado no edital; segundo César explicou, o candidato apresenta
209 um atestado da escola pública onde estuda e que vai concluir em dezembro. Após
210 esclarecimentos do Cesar, sobre o porquê do uso do termo “cursado com aprovação” no item
211 2.2.1-A, que está relacionado à necessidade de verificar os históricos escolares na matrícula,
212 todos concordaram em permanecer com o texto como está. Não havendo mais considerações a
213 fazer, a partir deste momento o presidente em exercício professor Cláudio colocou em
214 votação o Edital de Abertura do Processo de Seleção 2013/1, com as devidas correções
215 solicitadas, com datas e definição das 314 vagas discentes que serão incluídas no processo.
216 Com exceção do voto do conselheiro Cícero, que votou contra, todos os demais conselheiros
217 aprovaram. Em seguida, o presidente colocou em votação o Edital de Isenção, que foi
218 aprovado pela totalidade dos presentes. O presidente colocou ainda, uma vez que a Reitoria
219 está fazendo uma resolução que valerá para todos os câmpus sobre as ações afirmativas, pede
220 que seja considerada a Decisão nº 01/2009 como sendo a orientadora das distribuições das
221 cotas que estão colocadas no Edital do processo 2013/1. Todos os presentes concordaram.
222 Dando prosseguimento à pauta, iniciou-se a discussão do item **3. Homologação dos**
223 **Membros da Comissão Permanente de Seleção (COPESE), para o exame de seleção**
224 **2013/1, indicados pela Direção-geral, conforme previsto no Regimento Geral:** O
225 presidente em exercício esclareceu que a proposta era colocar para aprovação pelo Conselho
226 os nomes indicados para compor a Copese; ele colocou que se próxima direção achar
227 conveniente, poderia modificar e submeter novamente ao Conselho a nova nominata da
228 comissão. Em seguida ele apresentou a nominata indicada pela direção atual para composição
229 da Copese para o Processo Seletivo 2013/1; os nomes indicados foram os servidores Cesar
230 Germano Eltz, permanecendo como presidente; João Luís Pereira Gomes e a professora
231 Marilene Rosa Miola. Segundo o presidente colocou, os nomes indicados possuem anos de
232 experiência na mecânica do processo seletivo. Assim, a indicação da Direção para
233 homologação deste Conselho é que a Copese passe a ser composta pelo servidor Cesar
234 Germano Eltz, o servidor João Luís Pereira Gomes e a professora Marilene Rosa Miola. O
235 presidente colocou então a indicação para apreciação e votação do Conselho. Colocado em
236 apreciação, o conselheiro André concordou com os nomes, mas observou que, por questão de
237 forma, os conselheiros deveriam ter recebido a nominata anteriormente, na convocação para

238 a reunião, para poderem avaliar as indicações. O presidente questionou como e qual
239 documento enviar isso; a conselheira Adriana explicou que como ocorre quando a pauta da
240 reunião é enviada, cada ponto de pauta é acompanhado pela documentação referente, e esse
241 ponto sobre a indicação dos membros da Copese não veio com os nomes; ela sugeriu que
242 nesses casos seja encaminhado um memorando com a indicação feita pela Direção aos
243 conselheiros. Não havendo mais considerações, o presidente colocou o ponto em votação e
244 todos os conselheiros aprovaram por unanimidade a nova composição da Copese. Dando
245 sequência à pauta entrou em discussão o item **4. Eleição das Instituições da Sociedade Civil
246 para representantes no Conselho de Câmpus, conforme Edital 59/2012**: O presidente,
247 antes de abrir para a votação, abriu espaço para discutir a metodologia da votação e abriu
248 então inscrições para sugestões. A conselheira Juliana colocou a proposta de votarem primeiro
249 nos titulares; depois de determinadas as entidades titulares, vota-se então nos suplentes dentre
250 as instituições restantes, configurando duas rodadas de votação. A conselheira Sabrina
251 colocou que haviam discutido por *e-mail* como seria conduzida a votação; a proposta seria
252 voto secreto e cada conselheiro votaria em até quatro das seis representações; as duas mais
253 votadas seriam as titulares; em seguida a terceira mais votada seria a suplente da primeira
254 mais votada a quarta colocada ficaria como a suplente do segundo mais votado. O conselheiro
255 Yuri propôs mesclar as duas propostas anteriores, sugerindo duas rodadas; a primeira com a
256 escolha dos titulares, e a segunda dos suplentes, sendo ambas com voto secreto. Todos os
257 presentes concordaram com esta última proposta sugerida. A conselheira Adriana questionou
258 se não havia nenhuma colocação a fazerem sobre os representantes inscritos e se todos
259 preenchiam os requisitos do edital; os conselheiros presentes não manifestaram observações e
260 o presidente esclareceu que todos os candidatos inscritos obedeciam aos critérios do edital e
261 foram homologados. A conselheira Sabrina solicitou esclarecimento final sobre a proposta de
262 votação; o presidente esclareceu que seriam duas rodadas de votação sendo que cada
263 conselheiro votaria em até dois representantes em cada rodada. Os conselheiros votariam
264 secretamente, em um pedaço de papel em branco, onde colocariam o(s) representante(s)
265 escolhidos por cada um. O presidente propôs que enquanto o pleito era preparado se desse
266 seguimento aos demais itens da pauta da reunião, com o que todos concordaram. Item **5.
267 Apreciação e deliberação da resolução da regulamentação com relação aos estágios dos
268 cursos de licenciatura**: O presidente frisou que todos receberam o material para análise, e
269 que se trata de um produto do debate interno tanto dos cursos de licenciatura quanto da
270 direção de Ensino tendo sido encaminhado primeiramente pelo Núcleo Docente Estruturante
271 (NDE) dos cursos tanto de Ciências da Natureza quanto da Pedagogia, foram aprovados pela
272 Diretoria de Ensino e agora carece da apreciação do Conselho. A seguir, o presidente abriu
273 inscrições para discussão da pauta. Neste momento houve uma interrupção para dar início à
274 votação referente à pauta anterior, da eleição das Instituições da Sociedade Civil para
275 representantes no Conselho de Câmpus. Decidiu-se em consenso que enquanto os
276 conselheiros votavam, dar-se-ia continuidade à discussão da pauta sobre a regulamentação
277 dos estágios dos cursos de licenciatura. O conselheiro André iniciou solicitando algumas
278 alterações na proposta da resolução dos estágios para adequação conforme o Regimento
279 complementar do Câmpus: ele lembrou que não é mais Coordenadoria de Relações
280 Empresariais (CRE), como está constando no artigo 2º, e sim Núcleo de Estágios, pelo
281 regimento complementar; e assim em todos os itens onde aparece CRE tem que ser alterado
282 para Núcleo de Estágios para seguir o que foi definido no Regimento complementar. O
283 conselheiro suplente Ângelo manifestou que fez parte do núcleo docente da licenciatura,
284 relatando que tentaram fazer que todos os termos constantes no regulamento ficassem
285 equilibrados e aparecessem de uma mesma forma, porém nesta versão final ainda há alguns
286 trechos disparem em alguns termos, portanto deve haver uma revisão da terminologia usada no
287 texto, como “estágio obrigatório” e “estágio supervisionado”; ele sugere nova revisão do setor

288 de Ensino sobre esses termos, mas sem mudar o conteúdo, apenas colocar os termos corretos.
289 O conselheiro César lembrou que a questão do estágio está definida dentro do plano do curso
290 e do currículo; concorda que o Ensino deve fazer as correções de forma, mas após a
291 aprovação do conteúdo pelo Conselho. O presidente questionou se havia mais alguma
292 alteração, e não havendo, sob as alterações já sugeridas colocou em votação a
293 Regulamentação dos Estágios dos cursos de Licenciatura. O regulamento foi aprovado por
294 unanimidade, com as solicitações de alterações sugeridas pelos conselheiros André, Ângelo e
295 César, e que seja encaminhado para a diretoria de Ensino para adequação do texto. Item: 6.
296 **Apreciação do Processo de Doação dos móveis recebidos da adjudicação do prédio da**
297 **ULBRA, que estava em posse do conselheiro André, que havia pedido vistas, para**
298 **posterior envio ao CONSUP:** O presidente Claudio lembrou que o processo havia entrado na
299 última reunião e como houve um pedido de vistas do conselheiro André; o processo agora foi
300 retomado nesta reunião. A seguir colocou inscrições para discussão do ponto de pauta. O
301 primeiro inscrito foi o conselheiro André, que procedeu à leitura do seu parecer de vistas
302 sobre o processo que também foi enviado por *e-mail* aos demais conselheiros. Segundo ele
303 comentou, alguns dos itens do parecer, o processo não possui exatamente as quantidades dos
304 materiais a serem descartados, e por ser patrimônio deveria constar; a questão dos inservíveis
305 e resíduos é mais uma questão de encaminhamento para a CPGR para que essa possa orientar
306 o descarte do material; e no que diz respeito à comissão especial, que foi orientação do
307 Auditor Interno, que sugeriu a criação dessa comissão, é importante para que essa possa estar
308 verificando todos os bens adjudicados da Ulbra e propor o eventual destino desses bens; como
309 já foi comentado em outras reuniões, existiriam equipamentos que seriam possivelmente
310 encaminhados ou para outro câmpus do IFRS ou para outra instituição pública. Ele disse
311 achar importante esse levantamento para que depois o Conselho possa analisá-lo. Por isso ele
312 é a favor do cumprimento da criação de comissão especial sugerida pelo Auditor do câmpus
313 para fazer o levantamento dos materiais. O conselheiro salientou que o prazo de 30 dias para a
314 comissão, prorrogável por uma vez, sugerido por ele no seu parecer foi apenas uma sugestão,
315 porém a prorrogação está prevista de acordo com o regimento complementar, onde fala sobre
316 a constituição de comissões especiais. O presidente Cláudio colocou que, a título de
317 orientação, a manifestação de vistas por escrito não é obrigatória, como o fez o conselheiro
318 André. Com relação ao parecer feito pelo conselheiro, por questão de esclarecimento, o
319 presidente colocou que sobre o que está sendo solicitado no processo, quem vai deliberar é o
320 Consup; visto que os materiais são patrimônio do IFRS, e não do Câmpus; o processo vai ser
321 encaminhado ao Consup e quem aprova a doação ou a destinação é o Consup; neste momento
322 a Direção está encaminhado o processo apenas para ciência do Conselho do Câmpus. O
323 presidente colocou que não se opõe aos itens propostos pelo parecer do conselheiro, porém
324 questiona se os conselheiros irão querer formar a comissão especial para fazer o levantamento
325 proposto no parecer, de todos os materiais mencionados (?); o que está sendo feito é
326 comunicar ao conselho de câmpus e pedir ao Consup a autorização para descarte dos bens
327 inservíveis, os quais não fazem parte do patrimônio; boa parte dos equipamentos mencionados
328 já foram base de um relatório e os mesmos já ingressaram no patrimônio do instituto; o que
329 não está patrimoniado de equipamento são aqueles que a lei diz que são inservíveis por conta
330 de não estarem de acordo com a atividade fim da instituição. Por orientação do auditor, esses
331 bens já poderiam ser destinados sem precisarem ser patrimoniados antes. Portanto, os bens
332 servíveis estão todos patrimoniados, os que não estão são os bens inservíveis classificados
333 assim pela União pela incompatibilidade com a natureza fim da instituição. Ele considerou ser
334 excesso de zelo os itens que constam no parecer do conselheiro André, pois a apreciação é
335 apenas sobre os bens inservíveis, então não seria necessário levantamento de todos os bens,
336 apenas dos que serão descartados. O conselheiro Evandro solicitou esclarecimento,
337 questionando se, para que se julgue o bem em determinada categoria, é preciso um documento

338 que diga tal classificação, e se há esse documento. Antes de responder, o presidente passou a
339 palavra para a conselheira Adriana fazer sua colocação. Segundo ela, seria preciso separar as
340 coisas, tais como embalagens, lâmpadas etc. nem precisariam estar no processo; já deveria ser
341 contatada a CPGR e dado seu destino; tem itens que nem são bens, são materiais de consumo;
342 por isso é necessário fazer a separação dos itens, o que ajudaria nos encaminhamentos; outra
343 questão é se existe no processo duas orientações, uma do procurador-geral do IFRS e outra do
344 Auditor interno do câmpus, estas deveriam ser seguidas, citando como exemplo o não
345 pagamento das bolsas da assistência estudantil durante o período de greve dos servidores por
346 orientação do auditor interno, segundo foi dito na época pela direção. A conselheira colocou
347 que é a favor da criação da comissão especial e se coloca à disposição para a fazer parte e
348 ajudar no levantamento de todos os itens; verificar o que realmente deve ser levado adiante
349 para o Consup e o que pode ser resolvido no âmbito do Câmpus; e se existe o
350 encaminhamento proposto no processo que este seja seguido, para que os atos jurídicos não
351 sejam questionados e siga-se o trâmite. O conselheiro Ivan solicitou esclarecimento,
352 perguntando se esse levantamento seria somente do material que está para descarte, e não de
353 todo o material adjudicado da Ulbra. A conselheira Adriana esclareceu que é essa a ideia, pois
354 que levantar o restante é função do setor de patrimônio; o conselheiro André acrescentou que
355 o que preocupa é o que não está patrimoniado; aquilo que foi adjudicado e porventura ainda
356 não tenha ingressado no patrimônio do IFRS, que seja listado para que no futuro se tenha essa
357 informação para depois poderem sugerir uma possível destinação; e a conselheira Sabrina
358 complementou que seria bom alterar o item 3 do parecer onde diz “todos os bens adjudicados”
359 para “todos os bens ainda não patrimoniados”. Os conselheiros Ivan e Yuri comentaram que
360 mesmo os bens ainda não patrimoniados são responsabilidade do setor de patrimônio; a
361 comissão deveria se focar portanto apenas nos bens inservíveis. O conselheiro Cícero
362 levantou dúvida sobre se a postergação da remoção desses materiais não causaria prejuízo às
363 reformas do prédio. O presidente disse que responderia mais adiante a essa dúvida, deixando
364 os demais conselheiros fazerem suas considerações antes. O conselheiro Douglas colocou
365 sobre o item 3 do parecer do conselheiro André, e disse achar que poderia ser feito o
366 levantamento do que seria considerado inservível, e também do que não está patrimoniado e
367 que não será utilizado futuramente pela instituição. O presidente Cláudio esclareceu que a lei
368 já considera os bens que não serão utilizados pela instituição como inservíveis, pois são duas
369 categorias, inservível por estado e por uso; a modificação desse item do parecer por
370 inservíveis já inclui os bens inservíveis por estado ou por uso. O conselheiro Douglas então
371 complementou que o ideal seria acrescentar no item mencionado do parecer, a palavra
372 “inservíveis” logo após a palavra “bens”. O conselheiro Yuri colocou que não vê a
373 necessidade de especificar, ter contagem sobre o que já foi considerado inservível tendo em
374 vista que isso pode vir a atrasar alguma obra ou reformas. A conselheira Juliana concordou no
375 mesmo sentido que o conselheiro Douglas com relação ao item 3, sobre trocar expressão por
376 “bens considerados inservíveis pela Direção do Câmpus”, e então a comissão especial que
377 daria o parecer final. O conselheiro Ivan suscitou dúvida com relação à necessidade de criação
378 dessa comissão especial, visto que já existe a CPGR, e se essa não poderia fazer o
379 levantamento. O presidente e demais conselheiros esclareceram que são coisas distintas, pois
380 nem tudo o que é inservível é resíduo, mas que o que for resíduo será encaminhado para a
381 CPGR. O conselheiro André comentou sobre algumas das questões importantes levantadas;
382 para ele é fundamental fazer o levantamento da quantidade, pois estamos falando de
383 patrimônio, e cada conselheiro é corresponsável por isso; se no momento que for colocado
384 que tal material foi descartado, amanhã ou depois poderão ser cobrados disso; isso é
385 patrimônio público, da União, ainda que seja muito ou pouco; para que se possa descartar de
386 fato, como o Auditor disse no processo, é preciso saber efetivamente que tipo de material é
387 esse e se ele se enquadra em alguma daquelas funções citadas; por isso é importante que se

388 tenha uma comissão que trabalhe e avalie isso; essa verificação e quantificação, pois como o
389 processo está instruído no momento, não se sabe exatamente quais materiais são e nem as
390 quantidades; ao autorizar isso, o processo chega no Consup e vai continuar sem saber
391 efetivamente o que estão solicitando que seja descartado; pela delegação que o Consup deu
392 aos Conselhos de Câmpus, devem sim avaliar antes de mandar adiante e ter uma comissão
393 que possa estar verificando o que é efetivamente descartável e o que pode ser aproveitado; e
394 aquilo que eventualmente puder ser aproveitado, essa comissão também vai sugerir um
395 destino; segundo o conselheiro, ainda que isso atrase alguma obra, o que acha que não irá
396 acontecer, visto que esse material pode ser colocado em outro ambiente, permitindo que a
397 obra aconteça; é importante, como se está falando de patrimônio, ter o cuidado de não
398 descartar aquilo que pode ser aproveitado, e para fazer isso tem que se verificar o material. O
399 conselheiro complementou que o regimento interno do câmpus diz que pode haver uma
400 comissão *ad hoc* formada por conselheiros ou até mesmo por não conselheiros; mas dada a
401 importância disso que chegou já para o Conselho, essa comissão deveria ser formada por
402 conselheiros; o prazo de trinta dias sugerido por ele pode ser aumentado, pois foi só uma
403 sugestão, e a prorrogação por uma vez já foi esclarecida conforme o regimento interno. O
404 conselheiro Evandro disse estar de acordo com esse zelo pelo patrimônio público e solicitou
405 uma questão de esclarecimento, e perguntou se há um setor de patrimônio que poderia
406 eventualmente se ocupar desta relação, se não seria atribuição de um setor específico para
407 isso, e se esse setor não poderia dar conta de fazer esta listagem e classificação? Após as
408 colocações dos conselheiros, o presidente acolheu as sugestões e colocou que tentaria
409 responder a todas. Inicialmente explicou sobre o ponto de pauta tratar-se da apreciação do
410 processo de doação, e não aprovação, e sendo assim não é uma peça conclusiva; visto as
411 sugestões do auditor, é certo que seria feita a comissão, pois a lei diz isso. O presidente
412 afirmou concordar com o conselheiro André, e que por este ser um conselho novo, precisa se
413 apropriar de uma série de questões; a parcial discordância dele seria com o item 3 do parecer,
414 mas pela forma como está escrito, como todos já manifestaram concordar em modificá-lo;
415 com relação a isso, está sendo encaminhado este processo para apreciação do Conselho, mas
416 ele não iria para o Consup sem relação e quantidade; ele concordou que o Conselho já poderia
417 encaminhar a criação da comissão *ad hoc* para fazer esse levantamento. Quanto à questão
418 levantada pelos conselheiros Cícero e Yuri, se a comissão se restringir ao prazo proposto de
419 30 dias prorrogáveis por mais 30, acredita que não atrasaria as obras, pois é o prazo que estão
420 estipulando para ficarem prontos o processo de licitação e demais processos para as obras; por
421 isso ele disse não ver nenhum problema com relação ao levantamento atrapalhar o andamento
422 das obras, pois não coincidiria. Com relação aos resíduos mencionados no processo, o
423 presidente colocou que isso também preocupa a direção, porém ainda não conseguiram
424 contratar empresa para fazer a remoção das lâmpadas, pois não existem empresas suficientes
425 para fazer os orçamentos que são necessários. A conselheira Adriana comentou que a CPGR
426 já fez o levantamento e que só há duas empresas no Brasil que fazem o descarte das lâmpadas
427 conforme a Legislação prevê, portanto não tem como obter três orçamentos se somente
428 existem duas empresas para esse tipo de serviço e já foi encaminhado ao diretor de
429 administração para as providências, porém ainda não foi resolvido. O presidente comentou
430 que são trâmites do serviço público e às vezes não é possível atender a tudo e a agilidade não
431 depende da instituição; mas de qualquer forma o encaminhamento dado pelo Conselho é
432 positivo nesse sentido pois será constituída uma comissão interna. Em resposta à questão do
433 conselheiro Evandro, o presidente colocou que o câmpus tem um setor de Patrimônio,
434 composto por apenas um servidor responsável, e que todo o levantamento patrimonial feito
435 até então foi feito por delegação, com o uso intensivo dos bolsistas e estagiários; portanto há
436 apenas um servidor que faz isso mas que certamente poderá ajudar a comissão e estar junto
437 nos levantamentos. Ele propôs então a criação da comissão especial nesta reunião, observando

438 o prazo de trinta dias prorrogável por mais trinta, e colocou que essa contagem precisa ser
439 realizada o quanto antes, visto que a maior parte dos materiais inservíveis estão no espaço que
440 será destinado ao Projeto Prelúdio cuja reforma está prevista; e colocou que o prazo ideal
441 seria concluir o levantamento e trazê-lo na última reunião do ano do Conselho. Em seguida, o
442 presidente convidou os conselheiros a se inscreverem para a comissão *ad hoc*, ficando os
443 inscritos designados para a comissão os conselheiros Adriana, André e Mayara, com o auxílio
444 do servidor Everson, responsável pelo setor do Patrimônio. A comissão tem prazo de 30 dias
445 prorrogável por mais 30 dias para concluir o levantamento. Em seguida, foi retomado o ponto
446 de pauta da eleição dos membros da sociedade civil para o Conselho, cuja votação ocorreu
447 durante a discussão dos pontos da sequência. Cada conselheiro votou secretamente colocando
448 o nome de até duas das instituições inscritas em um pedaço de papel. A conselheira Martha
449 foi indicada a fazer o escrutínio da primeira rodada de votação, que elegeu os dois membros
450 titulares. O resultado da primeira rodada de votação ficou: Cientec – 10 votos; Associação de
451 Software Livre – 7 votos; Aprofempa – 6; Assufrgs – 3 votos; Lions Clube – 3 votos; Adufrgs
452 – 2 votos. Diante do resultado, ficaram eleitos como Titulares para representantes no
453 Conselho de Câmpus as Instituições da Sociedade Civil Cientec, com dez (10) votos, e
454 Associação de Software Livre, com sete (7) votos. Logo após o resultado, retiraram-se da lista
455 os nomes das instituições eleitas e deu-se início com as demais à segunda rodada de votação,
456 para eleger os dois membros suplentes. O presidente novamente sugeriu que enquanto os
457 conselheiros votavam, entrassem na discussão do ponto de pauta Assuntos Gerais, com o que
458 todos concordaram. Assim, na sequência iniciou-se o item **Assuntos gerais:** O presidente
459 abriu para inscrições a discussão da pauta. O primeiro inscrito, conselheiro Douglas
460 manifestou que na última reunião extraordinária, do dia 20 de agosto, foi debatida a questão
461 dos pagamentos das bolsas de assistência estudantil, no período em que ainda estavam em
462 greve, e foi aprovado com votação nominal por este conselho uma recomendação ao Diretor-
463 geral para que fossem efetuados os pagamentos dos benefícios que estavam pendentes, de
464 acordo com o que constava na legislação pertinente e nos editais do programa de benefícios
465 divulgados pelo NAAc; por isso ele gostaria de solicitar um esclarecimento com relação a
466 isso, saber se já foram efetuados os pagamentos, como está a situação, visto que na época a
467 justificativa que se deu é que segundo parecer da auditoria, não se poderia pagar em função da
468 falta de matrícula, apesar de comprovado por meio de legislação que isso não procedia, e
469 enfim por uma decisão do diretor-geral, foi colocado que tão logo fossem feitas as
470 rematrículas do semestre 2012/2, seriam imediatamente retomados os pagamentos. Sobre esse
471 esclarecimento o presidente colocou que não tinha essa informação e pediu auxílio à
472 conselheira Martha, servidora do NAAc, para respondê-lo. Antes de a conselheira Martha
473 responder, o conselheiro Douglas solicitou complementar com uma outra questão, reforçando
474 novamente que não havia sido publicado ainda o regimento da CIS aprovado em 02 de maio
475 de 2012, fato que já foi falado diversas vezes no conselho de câmpus e ainda não se deu
476 providência. O presidente acolheu a solicitação e passou a palavra para a conselheira Martha
477 esclarecer sobre o pagamento das bolsas de assistência estudantil. Segundo a servidora, os
478 pagamentos de auxílio moradia, bolsa permanência, transporte dos bolsistas permanência
479 mais GHC foram efetuados; o NAAc estaria com um problema porque naquela ocasião foi
480 recomendado que fosse feito o cadastramento de todos os bolsistas, então teriam que
481 aguardar iniciar o semestre para fazer o cadastramento, então até dia 12 de setembro o setor
482 recebeu a documentação de todos os bolsistas, da sua renovação de matrícula; no dia 13
483 encaminharam a lista de pagamento dos demais benefícios desses alunos que entregaram sua
484 rematrícula; os que não entregaram não foram para essa lista; ela colocou que a pauta que
485 havia solicitado para assuntos gerais estava relacionada com isso; estão tendo um problema
486 com o pagamento pois dia 13 foi encaminhado e até a presente data não havia sido pago; a
487 informação que o setor Financeiro repassou é que o dinheiro não chegou na Reitoria, e está

488 em Brasília; por isso gostaria de trazer esse assunto para o Conselho para poder ver uma
489 maneira de tensionar a Reitoria para ter algum posicionamento oficial com relação ao que está
490 acontecendo, se o dinheiro realmente não está na Reitoria, e por que os alunos ainda não
491 receberam, pois os alunos têm procurado o NAAc diariamente, e as servidoras do setor não
492 sabem mais o que dizer, pois a situação está complicada; ela confirmou que foi feito todo o
493 trâmite interno, que o NAAc encaminhou para o setor Financeiro, e este encaminhou para a
494 Reitoria, mas o pagamento ainda não foi efetuado e não têm nenhuma notícia de quando vai
495 acontecer. O conselheiro Douglas questionou se esse encaminhamento é com relação aos
496 novos beneficiados; a servidora respondeu que não, que os novos ainda não acabaram de ser
497 cadastrados; Douglas perguntou com relação àqueles que estavam pendentes durante a greve,
498 no caso de quem recebia bolsa permanência mas não recebia o auxílio transporte; Martha
499 respondeu que isso estava quitado, auxílio moradia foi pago duas parcelas de uma só vez,
500 bolsa permanência e auxílio transporte também foram pagos duas parcelas, para completar o
501 mês de agosto que não tinha sido pago; e GHC da mesma forma isso foi quitado; o que
502 estavam atrasados eram os benefícios que precisavam recadastrar, que segundo ela não são
503 esses casos, são os demais alunos que não estavam em aulas e não recebem bolsa
504 permanência nem auxílio moradia, e isso que está atrasado, tendo sido encaminhado no último
505 dia 13. Ela disse que as informações são de que o dinheiro não chegou na reitoria mas não há
506 documento ou posicionamento oficial que confirme se é isso mesmo o que aconteceu;
507 perguntou se a Direção poderia encaminhar isso para obter uma resposta. O presidente
508 Claudio disse que no dia seguinte haveria reunião do Consup, então a conselheira Adriana
509 poderia aproveitar e verificar as informações junto a eles; ele explicou que não é o câmpus
510 que faz o pagamento; é encaminhado para a Reitoria, e como há uma conta única que tem
511 divisões de rateio por câmpus; cabe ao câmpus informar os alunos que vão receber, mas quem
512 credita o valor é o DAP. A conselheira Martha comentou que talvez o que aconteça é que as
513 listas sejam encaminhadas à reitoria em tempos diferentes; então talvez não seja a mesma
514 situação em todos os câmpus, pois alguns podem ter enviado as listas antes, sendo que
515 começaram o semestre antes, então poderia haver a situação de que outros já receberam e o
516 câmpus Porto Alegre ainda não, então isso tem que ser averiguado. A conselheira Adriana
517 colocou que primeiro é preciso averiguar isso antes de levar ao Consup para que quando seja
518 manifestado lá, essa manifestação tenha fundamento, pois precisa-se saber o que está
519 acontecendo. A conselheira Martha completou afirmando que o que cabia ao NAAc até o
520 momento foi feito e pelo Financeiro do Câmpus também. A conselheira Suzinara comentou
521 que os bolsistas do Proeja que estavam alocados na Biblioteca reclamaram estar com o
522 pagamento das suas bolsas atrasados há três meses, mas a conselheira Martha negou que esta
523 bolsa estivesse em atraso. Dando continuidade aos Assuntos gerais, o presidente passou a
524 palavra para a conselheira Adriana; ela levantou que em uma das reuniões anteriores do
525 Conselho foi aprovado o regimento complementar do câmpus, e dentro dele há um conjunto
526 de dispositivos e entre eles a opção por áreas acadêmicas; disse não saber como está a adesão
527 a isso, mas o regimento dava o prazo de 30 dias para que ocorresse a opção e a única
528 informação oficial que chegou até ela veio de um *e-mail* do conselheiro André, não sabe o
529 porquê; na opinião dela a DGP do câmpus deveria se apropriar dessa questão para instruir a
530 comunidade, informar e cobrar os servidores sobre como proceder, e que há prazos para
531 fazerem a opção; a DGP teria que se tornar mais protagonista nessa questão das áreas e
532 “tomar as rédeas” disso, pois é uma questão importante que diz respeito à vida funcional de
533 todos os docentes e de alguns técnicos, sendo que o prazo já está quase expirando; nesse
534 sentido, com relação ao *site* do câmpus, ela sugere que seria interessante colocar na parte
535 institucional do *site*, no item Instituição, colocar na página uma cópia do Regimento Interno
536 do câmpus aprovado na reunião do Consup e uma cópia do Regimento Complementar
537 também, para que as pessoas possam acessar. Outra questão colocada ainda pela conselheira

538 diz respeito a uma outra reunião do conselho, onde foi aprovada a criação de uma comissão,
539 entre DGP, CIS e CPPD, para tratar da criação de fluxos de processos que digam respeito à
540 gestão de pessoas; ela relatou que até o momento, pelo que ela sabe, ainda nada foi feito; nem
541 CPPD, nem CIS, nem DGP se manifestou quanto a isso; para ela mais uma vez caberia à DGP
542 ter a iniciativa para que essas questões aconteçam, pois há varias questões pendentes sob o
543 ponto de vista dos servidores técnicos principalmente, sendo que vários estão com avaliação
544 de estágio probatório atrasadas, e um dos argumentos colocados é por causa da greve, apesar
545 de essa já ter encerrado há algum tempo; e ainda há outros diversos problemas de
546 encaminhamento de processos ocorrendo. O presidente Claudio esclareceu que foi publicada
547 no *site* a resolução referente à opção de adesão por áreas acadêmicas para acesso a todos os
548 servidores e ficou lá por um bom período de tempo, cerca de duas semanas, portanto não foi
549 somente o *e-mail* do professor André; o *site* é um espaço institucional bastante acessado por
550 todos os servidores; o prazo ainda está correndo mas concordou que caberá à DGP se
551 encarregue de fazer um lembrete aos servidores; porém ele lembrou que o regimento é claro,
552 ao determinar que os servidores terão que fazer as suas adesões, e se não o fizerem, a DGP
553 que deve se encarregar dos que não fizeram; mas os servidores também devem estar cientes
554 das suas obrigações. Ele confirmou ainda que o Regimento será publicado no espaço
555 adequado do *site* o mais breve possível. Sobre o regimento da CIS, o presidente disse não
556 saber o que houve e por que ainda não foi publicado; e pediu ao servidor Douglas que
557 mandasse um *e-mail* lembrando e cobrando essa questão. O conselheiro Douglas colocou que
558 a CIS não teve acesso às modificações que foram definidas ainda em reunião do Conselho de
559 Câmpus Temporário no mês de maio, em que ocorreu a aprovação do Regimento da CIS, e
560 precisa ter acesso a isso para fazer as alterações necessárias e enviar para publicação. O
561 presidente Cláudio comprometeu-se em resgatar a ata em que constam as solicitações de
562 modificações e aprovação do referido regimento para repassar ao Douglas para providenciar
563 as correções e posterior publicação o mais breve possível. A conselheira Adriana questionou
564 com relação à comissão de gestão de pessoas e CPPD. O presidente disse que igualmente iria
565 pedir para a diretoria fazer, e que ficaria a dica para a CIS também, que ajudem a direção, pois
566 há coisas do interesse da coletividade; vai pedir à DGP para providenciar. Em seguida, passou
567 a palavra para a conselheira Mayara, que solicitou esclarecimento sobre a questão da
568 semestralização do curso de informática; o presidente solicitou ao conselheiro professor
569 Evandro para esclarecer mais adiante quando da sua vez de falar. A seguir a conselheira
570 Juliana levantou o ponto sobre os processos de seleção de professor substituto; segundo ela,
571 pelo Regimento esses processos devem passar pelo Conselho e serem aprovados; a
572 conselheira relatou que já houve duas seleções após a formação e posse do novo Conselho,
573 um da área de Administração e outro da Biotecnologia, que acabaram não passando pelo
574 Conselho; segundo ela o professor Ângelo, como coordenador do curso técnico de
575 Biotecnologia, encaminhou um documento para entrar na pauta da reunião do dia 13 de
576 setembro que o Conselho teve; porém no mesmo dia já havia sido publicado no site do
577 Câmpus então ela não levou para a reunião pois já havia sido divulgado no mesmo dia;
578 portanto ela trouxe o assunto nesta reunião por ser preciso estabelecer como vai ser tratada a
579 questão para não prejudicar os prazos, principalmente nos casos de urgência de substituição
580 de professor, mas sem deixar de passar pelo Conselho. O presidente colocou acreditar que a
581 solução para esse caso passa por dois movimentos, sendo o primeiro o Conselho aprovar *ad*
582 *referendum* esses dois processos que passaram ou em caso de urgência; outro momento seria
583 sinalizar à DGP que um processo de abertura de contratação de professor Substituto, antes de
584 ser efetivamente iniciado, que tenha a devida passagem e aprovação pelo Conselho do
585 câmpus. O conselheiro André observou que isso está previsto no Regimento, e o presidente
586 esclareceu que está sim mas que as pessoas ainda não se apropriaram do Regimento, então é
587 preciso orientá-las. O conselheiro sugeriu então que, podendo haver alguns momentos que

588 isso seja emergencial, e não havendo a possibilidade de aguardar uma reunião do Conselho
589 para fazer isso, que os *ad referendum* sejam informados por *e-mail* ao Conselho, para
590 conhecimento de todos. O presidente colocou que há algumas questões que são oficiais, e o *e-*
591 *mail* é um meio extraoficial; por isso, independente de ter sido enviado por *e-mail*, deve ser
592 trazido ao Conselho também. Na sequência de inscrições o presidente passou a palavra ao
593 conselheiro Evandro. Conforme relatou o conselheiro, tinha sido proposto por *e-mail*
594 encaminhado pelo coordenador da área de Informática, professor Marcelo, sobre uma questão
595 particular da área de informática, que versava sobre a semestralização do curso Superior de
596 Tecnologia em Sistemas para Internet para que fosse apreciado em caráter de urgência na
597 presente reunião, tendo em vista o item dois da pauta que falava sobre as vagas no Processo
598 Seletivo 2013/1; porém em função dos fluxos necessários não haveria como deliberar sobre o
599 tema na presente reunião do Conselho, pois tem que ter o parecer da Comissão de Ensino e
600 tem que passar pelo Consup; assim, o conselheiro sugeriu que entre na pauta e seja discutido
601 nas próximas reuniões, pois é algo que vem sendo discutido há três anos pelos professores da
602 área de informática, que têm constatado uma série de questões que envolvem os cursos de
603 Tecnologia em Sistemas de Internet e o Técnico em Informática; há a necessidade premente
604 de duplicar o ingresso no curso de superior de Tecnologia, e torná-lo semestral, por uma série
605 de motivos que segundo ele poderia elencar mas comentou não querer ser detalhista demais
606 no momento em função do tempo e do nível de solicitação que estava fazendo; mas citou
607 como exemplo, se um aluno do curso superior perde alguma disciplina no semestre necessita
608 esperar um ano para recuperá-la; outro ponto relatado é que a semestralização teria a
609 implicação de cancelar a oferta do curso técnico; há uma sobreposição forte nesses dois
610 cursos e há uma evasão cada vez maior de um curso para o outro, uma evasão interna, do
611 curso técnico em informática para o superior de tecnologia da mesma área. O conselheiro
612 relatou, como professor da área, que em um estudo rápido foi observado que não haveria
613 perda de ingresso, porque as vagas do curso técnico seriam “jogadas” para o superior, e os
614 alunos do superior permanecem por mais tempo; e também não é questão de professores que
615 não queiram dar aula no curso técnico, porque seria mantido o curso técnico de Redes, que
616 segundo ele vai bem e sem problemas de evasão porque tem um outro perfil; e os professores
617 dão aula em praticamente todos os outros cursos técnicos, então não é nenhum problema de
618 querer dar aula só em curso superior; todos os professores dão aula nos outros cursos e
619 permaneceria o curso técnico em Redes, da área de Informática; além disso haveria um
620 aumento de carga horária, pois no técnico a carga horária é menor e no superior é maior;
621 então passaria dos 20 atuais, eliminadas as três turmas atuais, para 23; então trata-se de um
622 pedido aos conselheiros de “queremos trabalhar mais”, em outras palavras; mas o problema
623 maior é realmente evitar a evasão; ele disse tratar-se de questão peculiar e solicitou para que
624 nas próximas reuniões isso possa ser apreciado, e colocou que os coordenadores da área estão
625 a disposição para dar mais subsídios e argumentos para sensibilizar os conselheiros nesse
626 sentido. O conselheiro Douglas levantou uma dúvida, se essa demanda não implicaria
627 alterações em outras áreas, na carga horária de outros professores. O presidente esclareceu
628 que houve um pedido por parte dos professores da área de informática, que foi para a
629 diretoria, para o diretor-geral, que despachou o processo em retorno para a área solicitando
630 quais seriam os impactos infraestruturais com relação a essa mudança, o que já foi respondido
631 pela área; o próximo passo é encaminhar para a Diretoria de Ensino, para fazer essas
632 avaliações, onde tramita inicialmente; posteriormente vai ao COEN e depois ao Consup. O
633 conselheiro Evandro complementou que se estaria tirando um curso mas por outro lado
634 duplicando outro; então tem a mesma carga horária das disciplinas, e há uma demanda que
635 pode ser compensada; eventualmente um ou outro caso sempre vai haver alguma perda; mas
636 disse não ter dúvida de que o ganho maior é dos alunos, que há vários casos entre eles
637 solicitação de quebra de pré-requisitos; ele reiterou que a área entende e em respeito aos

638 fluxos que devem ser seguido, não colocou na pauta da presente reunião, e que seja então
639 deliberado em próxima oportunidade. O conselheiro André comentou que nessa linha é
640 importante também ouvir outras áreas acadêmicas que tenham interface com a área de
641 informática no curso superior de sistemas para Internet, e disse achar fundamental que de
642 acordo com o que o Regimento diz, que as áreas acadêmicas precisam fazer isso quando tem
643 cursos novos ou novas vagas; essas áreas precisam ser ouvidas e sugeriu que isso esteja
644 instruído no processo para que possa facilitar chegar ao Conselho; o conselheiro Evandro
645 esclareceu que essa etapa será o setor de Ensino que fará. O presidente passou a palavra para
646 o conselheiro Cícero, que falou que sua preocupação, ao votar contra a aprovação do item
647 discussão e deliberação sobre o Exame de Seleção 2013/1 e definição de vagas para discentes;
648 é pela questão de que se abrir novas vagas para o curso técnico de informática nesse processo
649 seletivo, se não vai postergar essa definição da extinção do curso por no mínimo um ano e
650 meio; e cabe aos docentes pensar que vai aumentar muito a carga horária pois serão dois
651 cursos de informática paralelos durante esse período. O presidente colocou que em um ano e
652 meio na realidade serão quatro cursos; técnico em redes, duas turmas de superior de TSI e
653 mais o técnico de informática. Cícero afirmou estar preocupado com a carga horária dos
654 professores e que isso pode acarretar na diminuição da qualidade do ensino, pois a dedicação
655 vai ter que se dividir entre os quatro cursos. O conselheiro Ivan colocou que também se
656 preocupa com o número de vagas; que são setenta vagas por ano que acabam entrando para o
657 curso técnico; ele questionou se estariam passando 35 para o curso superior e se isso não
658 acarretaria prejudicar uma turma de alunos entrarem no curso técnico. O presidente Claudio
659 corrigiu que seriam 30 vagas e falou na ideia de mercado; que existe um documento que
660 precisa ser enviado junto na abertura de novos cursos, um estudo de mercado, e que vai
661 chegar a ele em algum momento esse questionamento; ele fez um pedido pessoal se possível,
662 à área de informática, perguntou se o aluno que faz o técnico de informática é o mesmo perfil
663 do que faz o TSI, se fechar um curso e abrir duas turmas do outro, e se compensa sob o ponto
664 de vista de mercado, se isso atenderia ao mercado de trabalho. O conselheiro César
665 questionou também se atenderia a procura; no curso técnico de Informática, no segundo
666 semestre o aluno já está trabalhando; dependendo da questão socioeconômica dele, ele precisa
667 entrar rápido no mercado de trabalho definitivo, pois pode ter questões particulares que
668 necessita, enquanto do outro lado, no curso superior, o aluno tem de esperar seis semestres
669 para chegar no mercado; até entra no mercado antes, através de estágio, mas não como
670 profissional. O conselheiro Evandro complementou que há várias questões envolvidas,
671 citando como exemplo que hoje há concursos públicos para tecnólogos em informática, e que
672 o mercado paga mais para quem tem diploma; ele frisou que isso é discutido há bastante
673 tempo, e tem muitos argumentos que pode trazer em outra oportunidade para apresentar no
674 momento adequado; ele lembrou novamente a questão da evasão do curso técnico no segundo
675 semestre para o curso superior. A conselheira Martha complementou a fala do conselheiro
676 Evandro relatando que participou do GT Evasão, onde constataram que o índice de evasão do
677 curso Técnico de Informática é altíssimo; em uma das pesquisas relatadas somente dois
678 alunos se formaram no técnico; então questiona até que ponto vale a pena manter o curso;
679 foram detectadas duas causas principais, a primeira é migração do curso técnico para o
680 superior; e a segunda, falta de identificação com o curso, pois vinham para a instituição
681 achando que o curso técnico de informática era uma coisa, e quando chegaram era outra; a
682 grande maioria das justificativas que ouviram era a questão da troca do técnico para o
683 superior. Encerrado este ponto, o presidente passou a palavra para o conselheiro André que
684 estava inscrito. O conselheiro colocou que, pelo que foi aprovado na reunião número quatro,
685 haveria na próxima quarta-feira reunião extraordinária com pauta exclusiva para discussão do
686 regimento interno do Conselho de Câmpus; ele lembrou que o prazo que haviam aprovado
687 para apresentação de propostas de alteração para a comissão indicada, André, César e Ibá, era

688 na data da presente reunião, dia 26; mas a comissão não recebeu nenhuma sugestão de
689 alteração com relação à minuta encaminhada até o prazo estipulado, então precisavam definir
690 o que seria feito. O presidente colocou que tanto o Conselho como a Direção adotou uma
691 política de dilatar prazos, então sugeriu se poderia haver dilatação do prazo até sexta-feira, dia
692 28 de setembro, para recebimento de sugestões de alterações; todos concordaram com o
693 proposto. Após concluído esse ponto, foi retomado ponto de pauta da eleição dos membros da
694 sociedade civil para o Conselho, cuja segunda rodada de votação ocorreu durante a discussão
695 dos assuntos gerais. Procedeu-se o escrutínio da segunda rodada que elegeu os dois membros
696 suplentes das Instituições da Sociedade Civil para representantes no Conselho de Câmpus,
697 apresentando o seguinte resultado: Assufgrs – 11 votos; Aprofcmpa – 7 votos; Lions Clube –
698 4 votos; Adufgrs – 4 votos; Branco – 2 votos. Assim, ficaram eleitos como membros
699 suplentes para representantes no Conselho de Câmpus as Instituições da Sociedade Civil
700 Assufgrs, com onze (11) votos, e a Aprofcmpa, com sete (7) votos. Assim, os membros
701 representantes das Instituições da Sociedade Civil no Conselho de Câmpus ficaram
702 constituídos: Titular – Cientec e suplente – Assufgrs; Titular – Associação de Software Livre
703 e suplente – Aprofcmpa. Concluída a eleição, o presidente Claudio ainda acrescentou um
704 último item de assuntos gerais; sobre a solicitação de afastamento da professora Agnes
705 Schmeling para apresentação em um congresso fora do país, em Barcelona, Espanha. Ele
706 esclareceu que o processo foi aprovado *ad referendum*, para poderem cumprir os prazos, pois
707 a viagem ocorreria em Outubro; então na presente reunião foi então passado para análise do
708 conselho o processo com todos os documentos adequados. A conselheira Adriana colocou que
709 mesmo *ad referendum* este item deveria estar como ponto de pauta, e não em assuntos gerais,
710 pois o conselho tem que homologar essa aprovação *ad referendum*; ela solicitou então que nas
711 próximas vezes seja expediente da reunião como ponto de pauta, e o presidente acolheu a
712 solicitação. Encerrados os pontos e a reunião, nada mais havendo a constar, lavrei a presente
713 ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelos conselheiros presentes. Porto
714 Alegre, vinte e seis de setembro de dois mil e doze. Cristine Stella Thomas
715 _____.

716

717 Cláudio Vinicius Silva Farias (presidente em exercício)

718

719 _____
719 Adriana de Farias Ramos

720

721 _____
721 André Rosa Martins

722

723 _____
723 Ângelo Cássio Magalhães Horn

724

725 _____
725 César Germano Eltz

726

727 _____
727 Cícero Pereira Costa

728

729 _____
729 Claudia do Nascimento Wyrvalski ----- AUSENTE -----

730

730 Douglas Neves Ricalde

731

732 _____
732 Elizabeth Milititsky Aguiar ----- AUSENTE -----

733

733 Evandro Manara Millete

734

735 _____
735 Ibá Souza da Costa

736

737 Ivan Francisco Diehl
738 _____
739 Juliana Schmitt de Nonohay
740 _____
741 Martha Helena Weizenmann (suplente)
742 _____
743 Mayara Cristina Menegotto Moreira
744 _____
745 Paulo Roberto Sangoi ----- AUSENTE -----
746 Sabrina Letícia Couto da Silva
747 _____
748 Suzinara da Rosa Feijó
749 _____
750 Yuri Ferreira Machado
751 _____